



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## TENSÃO E SOCIABILIDADE NA CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS NO SUL DE MINAS GERAIS – SÉCULO XIX

Daniel Camurça Correia\*

Pensar nos mecanismos engendrados pelos intelectuais, escritores e cronistas implica em problematizar os elos que diversas memórias fazem para constituir a significativa memória sulmineira. A categoria memória, para este artigo, significa mais do que rever o passado. Mas, analisar a relação presente/passado, ou seja, questionar aquilo que prende e intensifica o sentido de lembrar o passado, dentro de um olhar específico e hegemônico.

O presente é dinâmico tanto quanto o passado<sup>1</sup>. Mas, atualmente, pela força do discurso dominante de escritores preocupados em centralizar a memória, o passado é desenhado em meio a correntes. O que não significa dizer que seja inerte, principalmente, porque o ato de rever e lembrar o passado sulmineiro pode ser conjecturado por qualquer sujeito social.

E por meio da busca das vozes e lembranças produzidas por estes diferentes sujeitos, confrontando-as com as “memórias da cidade”, que será possível discutir os mecanismos de

---

\* Doutor em História Social pela PUC/SP. Atualmente Professor Assistente I do Curso de Ciências Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul.

<sup>1</sup> SAMUEL, Raphael. “Teatros da memória”. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 14, Fev/1997, P. 44.

visibilidade e ocultamento da memória edificada sobre as famílias negras, na busca dos enredos e tramas costurados durante o século XX<sup>2</sup>, sobre o século XIX.

Neste momento, a memória é vista como uma corrente, não só porque foi produzida e cristalizada para aprisionar, segurar e legitimar uma visão do passado escravocrata, mas também porque une, possui elos que se comunicam – nem sempre de forma consensual – mas que liga pontos de compreensão entre a forma como as famílias negras cativas eram vistas e representadas pelos memorialistas, abrindo margem para a discussão e o questionamento da força dos elos da memória.

O Cônego Augusto José de Carvalho foi vigário da catedral metropolitana de Pouso Alegre entre os anos de 1925 e 1982. Após ser ordenado se manteve sacerdote durante 50 anos. O livro *Terra do Bom Jesus* foi editado para celebrar em quatro de setembro de 1982 o seu jubileu de ouro. Por muitas décadas ficaram engavetadas as palavras do Cônego Carvalhinho – como era conhecido na região. Seu livro elucida aspectos referentes à estrutura urbana pousoalegrense, durante o século XIX, principalmente em tempos de governo do senador José Bento – primeira metade dos oitocentos.

Segundo cônego Carvalho, o Dr. Tristão Antonio de Alvarenga, juiz de direito da comarca do Sapucaí, sediada em Campanha, realizou em Pouso Alegre, no dia 04 de janeiro de 1834, a primeira sessão do júri. O memorialista não soube explicar ao certo o porquê desta decisão. Se a sede da comarca era Campanha, a reunião não deveria acontecer em Pouso Alegre. Foi apenas em 1839 que o juiz de direito passou a residir em Pouso Alegre, transferindo também a vara judicial, justificando, finalmente, o local das sessões. A partir de 1855 o nome da comarca também sofreu alteração. Sem saber a explicação, informa o memorialista que a comarca ficou conhecida daquela data em diante por “Jaguary”<sup>3</sup>.

Segundo Saint-Hilaire, foi no início do século XVIII que o governo português separou as províncias de São Paulo e Minas Gerais<sup>4</sup>. De acordo com o viajante, foi em 1720 que Minas teve seu primeiro capitão geral – D. Lourenço de Almeida.

---

<sup>2</sup> SARLO. SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Edusp, 2005, P. 80.

<sup>3</sup> Segundo cônego Carvalhinho, “apesar de nada encontrarmos na história que justifique tal mudança de nome, quer nos parecer que na época Camanducaia tenha protegido mais que Pouso Alegre e para lá tenha sido transferida a sessão do Júri, com o nome de Jaguari, um dos rios que banha aquele município. Só em 1891, a mesma Comarca tomou definitivamente o nome de Pouso Alegre”. Ver: CARVALHO, Côn. Augusto José de. **Terra do Bom Jesus**. Pouso Alegre: Artes Gráficas Irmão Gino Ltda, 1982, P. 132.

<sup>4</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000, P. 46.

Na tentativa de esquadriñar e delimitar as fronteiras regionais provincianas, cinco comarcas foram estabelecidas: Rio das Mortes e Vila Rica, ao sul; Serro Frio, ao leste; Sabará, no centro; e Paracatu, a oeste<sup>5</sup>. O viajante enfatiza as condições de cada comarca. Para o Rio das Mortes, afirma Saint-Hilaire que as pastagens estavam descobertas e disponíveis, para uma população agrícola e pastoril.

Segundo o cronista Alexandre de Araújo, foi apenas no século XIX que Pouso Alegre ganhou estatuto de freguesia<sup>6</sup>. A intenção em dimensionar as Minas não estava apenas nos oitocentos. Desde tempos coloniais, Portugal desejava cartografar o interior da colônia, por meio de expedições e viajantes.

A expedição de 1729, chefiada pelos padres-matemáticos Domingos Capaci e Diogo Soares desejava conhecer o território colonial. O maior fruto da expedição foi à produção do mapa da capitania do Rio de Janeiro e outro de Minas Gerais. “Em 1749, chega a segunda expedição. Dela fazem parte três militares-engenheiros, cuja principal função é cartografar as terras coloniais e colocá-las a serviço dos interesses da corte”<sup>7</sup>.

Tanto quanto localizar rios, lagos e montanhas, os cartógrafos tiveram que mensurar, entender e explicar os núcleos populacionais encontrados. Maria Eliza Linhares Borges afirma que

Em ambos momentos os cartógrafos se esmeraram em registrar tantos os indicadores de uma vida duradoura como vilas, cidades, locais de exploração aurífera, portos fortes, ancoradouros e áreas agrícolas, quanto trechos da natureza que poderiam vir a se constituir em veículos de uma vida associada à idéia de civilização, tais como rios, serras, montanhas e quedas d’água. Nesse esforço para miniaturizar o espaço colonial, os agentes do poder também imprimiram em suas cartas os signos de uma vida provisória, sem lastro com o mundo considerado civilizado. Afinal, localizar e registrar os aldeamentos indígenas eram parte essenciais da estratégia da ação colonizadora. Não se pode esquecer que a inclusão dos indígenas no ecúmeno cristão é um forte argumento para o alongamento das fronteiras territoriais dos Estados-nação.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> Idem. P. 47.

<sup>6</sup> DE ARAÚJO, Alexandre. **Pouso Alegre através dos tempos**: seqüência histórica. Pouso Alegre: Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1997, P. 19.

<sup>7</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. “A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada”. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, P. 110.

<sup>8</sup> Idem. P. 110.

Borges chama a atenção para duas peculiaridades importantes. A primeira diz respeito aos aglomerados de pessoas, no qual, em meio a uma colônia perdida da América portuguesa setecentista, existia um número considerável de moradores do campo que não contribuíam em nada para a boa relação entre colônia e metrópole. Pelo contrário, estes homens e mulheres representavam muito mais os desregramentos de uma vida provisória, distante dos interesses da coroa.

Em segundo lugar, a vontade de “miniaturizar” a colônia, para que fosse possível não só diminuir as distâncias, mas garantir que os braços da coroa portuguesa atingissem as riquezas da fauna e a da flora, ainda veladas para a Europa, resultaria em melhores condições de inserção e exploração dos víveres e das comunidades enraizadas. Vale ressaltar que a corte portuguesa tinha grande interesse em saber dos indígenas existentes para garantir a manutenção da exploração, abdicados pelos colonos, preocupados com suas propriedades particulares.

Na tentativa de entender o sentido do mapeamento das Minas, Borges abre precedente para conhecer a complexa demarcação das fronteiras entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Para o presente texto, ainda é obscuro entender exatamente aonde começa uma província e finda outra, dentro dos setecentos. Em fins do século XVIII tentava-se definir aonde eram os limites entre as regiões das Minas. O detalhamento enviado para a metrópole foi o seguinte:

Entre os anos de 1778 e 1798, José Joaquim da Rocha, cartógrafo que mais tarde caiu em desgraça por ser suspeito de colaborar com Tiradentes no movimento da Inconfidência Mineira, fez, ao todo cinco mapas de Minas por encomenda da Metrópole: o Mappa da capitania de Minas Gerais com sua deviza e suas comarcas, o da Comarca do Serro Frio, o da Comarca do Rio das Mortes, o da Comarca de Villa Rica, o do Rio Doce, onde priorizou a navegação, e o Mappa da Comarca de Sabará, a cima analisado.<sup>9</sup>

A região hoje conhecida como sul de Minas foi, durante todo o século XVIII e XIX, conhecida como comarca do Rio das Mortes. Ainda não é certo dizer por que esta nomenclatura designava a região. Porém, de acordo com alguns cronistas pousoalegrenses, para chegar até a Vila Rica, pelo caminho de São Paulo, era necessário atravessar considerável vazão de águas. Na maior parte do ano a região ficava

---

<sup>9</sup> Idem. P. 116-7.

incomunicável, obrigando os paulistas oitocentistas a saírem em época certa, para não serem obrigados a acamparem por meses a fio na beira do Rio<sup>10</sup>, que por ser caudaloso ceifava vidas nas tentativas frustradas e perigosas de travessia.

Mesmo conhecendo esta faceta do rio Mandú, é difícil afirmar o motivo de tamanho nome funesto para o antigo sul de Minas. De qualquer modo, era assim que a região era codinominada pelas fontes oficiais. Os memorialistas raramente se utilizam desta alcunha para se referirem a região. Preferiam chamá-la de Vale do Sapucaí, por causa da abundância de sapucaias nas matas.

Ao estabelecer algumas fronteiras sobre o mapa sulmineiro, é possível reconhecer e questionar as balizas estabelecidas para o entendimento do que se chama atualmente de sul de Minas Gerais. Denominação bastante diferente daqueles que viveram na região, durante o século XIX, pelo fato do tamanho ser mais reduzido no passado, assim como os termos e denominações mudar de comarca para comarca, ou de freguesia para freguesia.

Outro aspecto que salta aos olhos é o fato da região, agora delimitada e com a presença maciça de seus moradores, que lutaram e resistiram diariamente para permanecerem ali, com suas famílias, em meio às redes sociais que constituíram durante anos, não poderia ser simplesmente perdida ou esquecida. Com o aumento das vilas, estas passaram a ser redefinidas como cidades, resultando no estreitamento com a memória edificada sobre o passado e com a chegada dos antepassados desbravadores que estabeleceram os primeiros agrupamentos.

Segundo o cônego Carvalho, após a construção da capelinha do João da Silva (atual matriz da cidade de Pouso Alegre), foi feita a praça – “mais comprida do que larga”, a qual era circundada por ranchos e casas novas: “as casas, na sua maioria eram de três portas, o que já denunciava um comércio promissor no arraial do Mandú”<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> E acordo com o cônego Augusto José de Carvalho, “uma outra razão concorrer para o povoamento tão rápido do primitivo rancho, à beira do Mandú: havia *o vau*, uma passagem obrigatória do rio, naquele local. Quem viesse do norte ou do sul, de dezembro a março, isso variando conforme a intensidade das chuvas, tinha que esperar até que a cheia passasse. O jeito mesmo era permanecer. Os que vinham de São Paulo, bem poucos na época das chuvas, ficavam esperando no *Estivado*, a pouca distância, ao sul do vau”. Cf: CARVALHO. Op. Cit. P. 23.

<sup>11</sup> Idem. P. 69.

No que diz respeito a Pouso Alegre nos primeiros anos do império, a cidade recebeu cada vez mais melhoramentos em decorrência da presença do padre senador, o qual residia no centro da cidade, em seu palacete. De acordo com Carvalho

Os melhoramentos foram surgindo sucessivamente e, muitos deles venceram décadas. Permaneceram servindo à comunidade, durante muito tempo. Entre eles, a canalização de água por meio de regos, trazendo o precioso líquido das encostas do Cantagalo até a praça da Matriz; as valas de drenagem na baixada, onde surgiu a rua do Brejo ao leste da vila; o caminho das palmeiras, mais tarde transformado em rua do mesmo nome, hoje a Comendador José Garcia.<sup>12</sup>

Ou seja, desde o início do império brasileiro Pouso Alegre, cada vez mais, se tornou referência para a região, principalmente no que diz respeito à vida política do sul de Minas. Em comparação com as demais cidades da região, Pouso Alegre já possuía minimamente um sistema de esgoto, bem como de arruamento.

Com o cargo de senador, padre José Bento trouxe melhorias urbanas para a jovem Pouso Alegre. Como homem de fé católica, cônego Carvalhinho tratou de cristalizar em sua obra toda e qualquer ação registrada como fé cristã executada por José Bento – beneméritos ou não.

Na edificação da “memória da cidade” – perceptível, inclusive, no discurso da atual elite política urbana – o senador José Bento é figura emblemática. São associadas a ele todas as ditas melhorias urbanas para Pouso Alegre. Na mesma medida, poucas informações de fato existem sobre o dia a dia de José Bento, assim como uma listagem precisa de suas posses e relacionamentos com os municípios e com a própria corte imperial<sup>13</sup>.

Para Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, a cidade passou a ser referências para as ex-colônias lusitanas a partir do século XIX. Pensar o Brasil em períodos coloniais implicava em entender a dinâmica campestre tão preponderante na península ibérica – principalmente em Portugal<sup>14</sup>. Uma das ações no sul de Minas que

---

<sup>12</sup> Idem. P. 103.

<sup>13</sup> QUEIROZ, Amadeu de. **O senador José Bento** (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.

<sup>14</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, Pp. 95-9.

revela este novo interesse, bem como articulação política, é a de redefinir o espaço urbano pousoalegrense por parte do senador padre.

Uma de suas primeiras implementações foi a construção da cadeia pública, no centro da cidade<sup>15</sup>. O senador não poupou esforços, segundo o memorialista, para o embelezamento urbano. Trouxe construtores da corte para que a cadeia, assim como também o antigo teatro municipal seguissem os padrões formais de construção da época – o ecletismo.

A imagem cristalizada do benemérito senador José Bento esconde outra face, importante para este artigo: o fato de ser senhor de escravos. Poucas vezes nos registros dos memorialistas é apontada a fonte de riqueza do senador padre. Como foi dito anteriormente poucas informações foram reveladas sobre suas condições econômicas, bem como sobre seu plantel.

Porém, nem todas as edificações pertencem às obras do padre senador. Não muito distante da igreja da matriz do Senhor Bom Jesus João da Silva levantou a capelinha do Rosário dos Pretos, em 1832. De acordo com os registros de Carvalho

Naquela época, a igreja dos escravos, por ser construída de paus fincados, estava perigando e foi necessário demoli-la para construir no mesmo local, outra de material mais forte, de adobe ou tijolo cozido ao sol. A nova igreja do Rosário foi rapidamente levantada pelos escravos. Eles se revezavam em alegres multirões, aos sábados e domingos.<sup>16</sup>

Com a reconstrução da igreja dos homens pretos Carvalho destaca a presença católica edificada por homens e mulheres, cativos ou forros, presentes em Pouso Alegre. Era defronte a esta igreja que a população comemorava, festeja e dançava, principalmente nas festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, “onde as congadas e outras danças típicas constituíam a alegria da população”<sup>17</sup>.

Condição fundamental para que os folguedos ocorressem, era que estes homens e mulheres tivessem sentimentos de pertencimento, por exemplo, para com a igreja. Ao ser demolida, em nome da “melhoria urbana”, a nova edificação desencadeou o

---

<sup>15</sup> CARVALHO. Op. Cit. P. 103-4.

<sup>16</sup> Idem. P. 106.

<sup>17</sup> Idem. P. 106.

processo de desterritorialização e afastamento dos congadeiros para com a atual igreja. A consequência é que a nova igreja, com novos frequentadores, esvaziou os significados construídos em torno da igreja de paus.

À luz do pensamento de Thompson é necessário rever e analisar a perspectiva folclórica elucidada no discurso do memorialista.

#### Segundo o Cônego Carvalho

A capela do Rosário, construída pelos negros em 1832, segundo documentos existentes ainda na Catedral do Bom Jesus, foi demolida em 1878, dez anos antes da abolição da escravatura e do êxodo dos negros para o estado de São Paulo, principalmente a cidade de Campinas. É o que me leva a aceitar que a igreja do Rosário e de São Benedito que eu conheci, em 1920 ainda de pé, era a mesma de 1878. Em 1921, se fez na cidade um belo movimento pró reconstrução da tradicional capela, que resultou na igreja aumentada e reformada, como a que conhecemos atualmente. Dentre muitos beneméritos da igreja do Rosário, sobressaíram-se: Cônego Lafayette Libânio, seu capelão e os pretos José Capelachi e Mirabeau Ludovico, que ficaram merecendo a gratidão dos devotos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.<sup>18</sup>

Alguns aspectos descritos pelo memorialista merecem destaque. Em primeira instância, revela a demolição da antiga igreja do Rosário e de São Benedito. Não se sabe exatamente do motivo para demolição, porém, é notório que este processo desencadeou a tentativa de afastamento das práticas populares negras e escravas para fora da cidade. Com a demolição da antiga igreja dos homens pretos, também foi “demolida” a antiga irmandade pertencente à igreja, obrigando homens e mulheres a submeterem a sua fé aos cânones da igreja da matriz de Pouso Alegre<sup>19</sup>.

O segundo aspecto diz respeito à memória sobre a população escrava sulmineira. Segundo o memorialista, com a abolição, a população negra pousoalegrense migrou para as cidades e interiores de São Paulo. Nas próprias crônicas da cidade, referente ao século XX, é visível o questionamento sobre a permanência diária de

---

<sup>18</sup> Idem. P. 106-7.

<sup>19</sup> De acordo com Carvalho, “o que se sabe mesmo de positivo é que na igreja dos pretos de Pouso Alegre, desde o tempo da escravatura, funcionava a Irmandade do Rosário. Os estatutos da Confederação do Rosário, para se adaptarem à Irmandade de São Benedito dos Pretos, que então zelava da Capela, foram reorganizadas em 1916, por Excia. Revma. Sr. Dom Octávio D.D. Bispo Diocesano e, novamente reformados em 1946, pelo Cônego Delfim Ribeiro Guedes, que estabeleceu junto àquela tradicional capela, o Carmelo da Sagrada Família”. Cf: Idem. P. 107.



negros, seja nas festas, nos cultos, nas missas, na lida do trabalho do campo ou da cidade.

Ou seja, é preciso questionar mais aprofundadamente a ideia de retirada ou fugas que as fontes tentam cristalizar. É preciso entender o trânsito das populações negras, antes e depois da escravidão, enquanto processos de lutas, conquistas e migrações. Desejar invisível o passado das populações negras não os torna inexistentes, de fato. Cabe ao historiador, por meio das fontes, interpretar os processos de ocultamento.

Luciano Figueiredo, ao escrever o *Avesso da Memória*, apresenta algumas possibilidades de reelaboração do passado. Ao analisar as imagens cristalizadas em torno das mulheres do século XVIII nas Minas Gerais, chama a atenção por meio da análise dos processos de devassas as articulações, os caminhos, as relações afetuosas dessas mulheres, em seus dias<sup>20</sup>.

Analisar as fontes oficialmente produzidas não implica em entender apenas o universo institucional da época, mas necessariamente compreender os modos de vidas dos sujeitos registrados nestes documentos, para entender os seus dias, e compreender o sentido das tentativas de esconderem suas ações. E a maneira que Figueiredo elabora e repensa as fontes analisadas, coloca em xeque os sentidos da memória branca sobre as populações cativas, no passado colonial.

Basta apenas conferir, por exemplo, as fotografias existentes da cidade, no museu histórico de Pouso Alegre, as quais levantam cenas diferentes da população local, seja nos festejos religiosos, nos banhos das piscinas da praça João Pinheiro, ou nas festividades militares, durante as últimas décadas do século XIX e a maior parte do século XX. Estas imagens, em sua maioria, fotografadas pela família Puccini, foram arquivadas e mais tarde doadas ao museu da cidade.

A intenção do registro da memória no museu é vender uma imagem de sua pacata população urbana, refrescando-se em rios e piscinas de Pouso Alegre. Por outro lado, mesmo que não fosse de interesse em registrar os rostos da população, em primeiro lugar, são evidentes os traços negros dos cidadãos, revelando uma memória

---

<sup>20</sup> FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, P. 101.

urbana, a revelia do fotógrafo, na qual ficaram registradas as imagens negras dos moradores de Pouso Alegre<sup>21</sup>.

Em segundo, a presença maciça de homens, mulheres e crianças negras ou mestiças comprovando não só que esta migração não teve características bíblicas, como também estas famílias permaneceram e reafirmaram seus laços de sociabilidade por meio do trabalho, lazer, diversão e aspectos outros da cultura.

Em terceiro, a retomada da igreja do Rosário e de São Benedito foi feita pelos homens negros de posturas brancas. Na história urbana de Pouso Alegre, tanto Lafayette Libânio, quanto Mirabeau Ludovico são negros representados como figuras emblemáticas de uma cidade de passado religioso, cristão, e principalmente organizado, que direcionada e carregada de sentidos específicos a pluralidade das diferenças étnicas<sup>22</sup>.

Interessada em problematizar os registros, e, principalmente a memória sobre a escravidão no Brasil, Silvia Hunold Lara, observa como são traçadas as fronteiras entre a escravidão e os estudos relativos ao trabalho no Brasil. Para Lara, a memória a cerca do trabalho marginaliza os estudos da escravidão, estreitando as relações entre trabalho e raça branca, o que para a autora gera, no final das contas, uma imagem de embranquecimento das populações comuns, de forma natural e hegemônica<sup>23</sup>.

Compreender a heterogeneidade das relações é imprescindível para entender as relações edificadas. Na medida em que a irmandade do Rosário toma ações que favorecem o ponto de vista da elite produtora, rica e de tradição portuguesa, passa necessariamente a ser aceita pela elite rural e urbana pousoalegrense. Da mesma forma, as feições do rosto ou a cor da pele ganham contornos secundários – quase que desaparecem – para dar lugar às práticas beneméritos. A equalização das ações e discursos traveste e aformoseia as tensões diárias e eminentes.

---

<sup>21</sup> WILLIANS, Raymond. **Campo e Cidade**: Na história e literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989, P. 223.

<sup>22</sup> POUSO ALEGRE. Op. Cit. Pp. 127-30.

<sup>23</sup> LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil”. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Educ, (16), fev. de 1998. Pp. 25-38.

O memorialista Francisco de Paula Rezende, em *Minhas recordações*<sup>24</sup>, descreve de forma harmônica e romantizada a festa de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da cidade de Campanha<sup>25</sup>, da segunda metade do século XIX. Rezende observa que a festa do Rosário de Campanha era especial pelo fato de ser realizada por homens e mulheres “felizes”. Segundo o autor, os negros eram “felizes por terem fé e trabalho”.

A suposta indolência marcou fortemente o imaginário de segmentos da sociedade que justificavam a escravidão ou trabalhos forçados para garantir o bem estar daqueles que não poderiam cuidar de si.

O autor não só cristaliza a ideia de que os escravos de Campanha eram “ignorantes” como também eram “dóceis”. Não lutaram e não brigaram por nada. O autor cristaliza em suas memórias a lembrança de um passado escravocrata pacífico, com festas, sem conflitos – somente alegria. Ora, não entende Rezende que o papel da festa não era acalmar os ânimos, aquietar o coração com paciência e fé. Mas, aparecer, torna-se visível, reafirmar paixões, sentimentos, sociabilidades, acordos diversos. A festa era a reafirmação dos laços, muitas vezes tensos, mas necessários para definir a presença no presente, as tradições africanas do passado e repensar as possibilidades de futuro.

Seguindo o raciocínio de Sidney Chalhoub, a festa era o lugar das articulações e rearticulações, da burla, fazer com que os senhores pensem que está tudo calmo, tranquilo e feliz, quando na verdade, novos passos são pensados, articulados e realizados<sup>26</sup>.

Nas páginas que se seguem, Rezende descreve o que seria a festa do Rosário em seu olhar. Dividida nas seguintes etapas: a subida do rei e da rainha para a igreja; a

---

<sup>24</sup> REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

<sup>25</sup> Idem. P. 190.

<sup>26</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

coroação e eleição dos sucessores. As etapas eram bastante ritualizadas, mas o autor se contentou em descrever apenas as roupas das jovens moças<sup>27</sup>.

O ritual em si, segundo o memorialista, era rápido. A comemoração é que entrava noite adentro. Rezende faz questão de enfatizar inúmeras vezes que a harmonia imperava, grupos rivais de localidades diferentes de Campanha compareciam e não se importunavam, respeitando a festa. Afirma Rezende que

Um dos bandos se compunha exclusivamente de crioulos ou de pretos da cidade; entretanto que o outro se compunha dos escravos da fazenda do Barro Alto, aos quais se agregavam alguns de outras fazendas e mesmo alguns da cidade que não podiam ou não queriam fazer parte do primeiro. Os deste segundo bando vestiam-se todos de branco e tinham um capacete feito com arcos de taquara cobertos também de branco; e tudo isto, capacete, calças e vestido, enfeitado de fitas de diferentes cores.<sup>28</sup>

Dois aspectos chamam a atenção. Primeiro o ritual de coroação do rei e da rainha. Efetivação e comemoração do sentido de realeza, da pureza e do poder – todos concentrados na ideia da unidade, da união, do matrimônio, especificamente na família.

O segundo aspecto diz respeito aos diferentes cativos, oriundos de microregiões diversas da Campanha que vinham para os folguedos. Segundo a narrativa de Rezende, parte dos cativos vinha da região mais central – provavelmente realizavam trabalhos domésticos – e os outros eram do bairro alto, geralmente executando trabalho nas lavouras. Pessoas que antes, durante e depois do festejo se encontravam, seja para negarem ou reafirmarem suas redes de sociabilidades com amigos, conhecidos ou parentes.

De acordo com a historiografia é difícil localizar os momentos nos quais os escravos conseguiam extrapolar os limites das propriedades, simbólicos ou não, para elaborarem associações com outros escravos, forros, libertandos<sup>29</sup> e livres da região.

---

<sup>27</sup> REZENDE. Op. Cit. P. 192.

<sup>28</sup> Idem. P. 192.

<sup>29</sup> A categoria *libertando* passou a ser utilizada a partir da década de 1990, pelos historiadores interessados em compreender os processos de libertação, principalmente por condições. Cf. ALENCAR, Alênio Carlos Noronha. “Liberdades conquistadas, condições impostas: escravos, senhores e libertandos em Fortaleza (1850-1884)”. In: **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, nº 03, 2006, Pp. 9-38.

Rezende não teve interesse em entender as redes constituídas entre estes agentes. Porém, revela mesmo de forma rápida que estes espaços de sociabilidade existiam<sup>30</sup>.

Afinal de contas, é possível encontrar nas cidades do sul de Minas, no século XIX, o comércio dando seus primeiros passos. Não era incomum encontrar casas de três portas pelo fato dos moradores da cidade – circunscrição urbana – ter propriedades no campo e de lá trazerem o excedente, para comercializarem. Parte considerável desta produção era vendida para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Apesar do constante trânsito para as cidades e seus efervescentes comércios, a população oitocentista demarcava seu lugar social na terra, no campo, nas suas lavouras e modos de vida. A rede de sentimentos de pertencimentos era forte. A terra não era apenas o lugar da produção, mas das relações sociais, dos conflitos, da ação e da reafirmação das referências identitárias<sup>31</sup>.

Se a literatura, para Raymond Williams, abre perspectivas de compreensão sobre a dinâmica relação campo/cidade, descortinando os estereótipos destas categorias de análise, observa-se que as crônicas sulmineiras também revelam modos de vida, discursos engendrados na tentativa de perpetuarem uma imagem do campo, e, conseqüentemente da cidade e de seus diversos moradores.

Pouso Alegre, na primeira metade do século XIX, era formada essencialmente por chácaras espalhadas na região. Segundo Carvalho

Mais retiradas ficavam as chácaras que se ligavam aos terrenos dos Fragas, no antigo rancho de Mandú, do alto do povoado até o Cantagalo dos Araújo, o sítio dos Machados e outros proprietários de grandes glebas, onde se criavam porcos e bois para as salgas semanais

---

<sup>30</sup> Principalmente no que tange a bibliografia referente às discussões sobre a escravidão, alguns historiadores observaram que os senhores desejavam evitar contatos próximos entre escravos de diferentes propriedades. O que não significa dizer que este tipo de rede não existisse. Pelo contrário. Cf: TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: O distrito de Lage e o Quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.; RAMOS, Donald. “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII”. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, Pp. 164-92.; LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, zona da mata de Minas Gerais, 1844-88**. São Paulo: FAPEB; Annablume, 2006.

<sup>31</sup> WILLIAMS. Op. Cit. P. 19.

do comércio e dos ranchos. As grandes vargens eram então reservadas para animais de tropas e mangueiros de cabritos e suínos<sup>32</sup>.

De tradição fortemente portuguesa peninsular, o sul de Minas se alimentava, entre outras coisas, de carnes, em especial suína, não só pela tradição culinária, mas também por ser um animal de fácil trato. Os suínos não necessitam de pasto, da mesma forma que poderiam se alimentar das sobras humanas. A carne bovina também foi fundamental, mantendo-se não só durante o século XIX, como alimentando a cultura do couro, promissora nos interiores de São Paulo e Minas Gerais<sup>33</sup>.

Nas comarcas do sul, Jaguary e Sapucahy, a lavoura e a pecuária estavam fortemente estabelecidas. Afirma Laird Bergad que nestas microregiões eram criados todos os tipos de animais, tanto para consumo quanto para exportação. O autor chama a atenção para os engenhos de beneficiamento de cana de açúcar, nos quais também eram plantados café e tabaco<sup>34</sup>.

De acordo com a historiografia sobre a economia da região, destacava-se no sul de Minas o fato de que a produção de subsistência era predominante. É claro que de acordo com os registros localizados sobre a época é perceptível a grande produção voltada para a exportação do café. Por outro lado, era essa região que abastecia sobremaneira cidades como Rio de Janeiro e São Paulo durante todo o século XIX<sup>35</sup>.

Com ampla análise dos “mapas de população”, além dos códices do governo provincial e do recenseamento de 1872, Douglas Cole Libby, por meio de estudo comparado, confronta as informações para compreender a dinâmica do trabalho

---

<sup>32</sup> CARVALHO. Op. Cit. P. 71.

<sup>33</sup> A obra de Aurelino Filho problematiza mais pormenorizadamente a cultura do couro nos interiores de Minas e São Paulo, durante o século XX. Cf: FERREIRA FILHO, Aurelino José. **Os velhos curtumeiros da cidade de Franca – SP: Trabalho e experiência 1940-1980**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de doutorado em História Social, 2007.

<sup>34</sup> BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1888)**. Bauru: Edusc, 2004, Pp. 118-9.

<sup>35</sup> Segundo o autor: “A região Sul foi povoada no século XVIII, em função de atividades produtivas que visavam ao abastecimento do importante mercado representado pelos núcleos mineradores. Com a decadência da mineração, o Sul conseguiu se estabelecer no início do século passado como um dos principais fornecedores de alimentos básicos à Corte, especialmente após a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro. A economia mercantil de subsistência vai predominar na região durante o Império, embora penetração da cafeicultura se iniciasse em escala reduzida nas décadas de 1870 e 1880”. Cf: LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1998, P. 44.

realizado pelos escravos, livres ou libertos das Minas Gerais, permitindo observar, por consequência, a realidade sulmineira.

Retornando às fontes trabalhadas por Libby, Bergad agora analisa os registros levando em consideração uma análise demográfica, não só para entender os rearranjos do mundo do trabalho, mas questionando-os à luz da própria história econômica da escravidão. O autor questiona o papel elucidado pela historiografia clássica mineira a respeito do exclusivo papel das Minas para economia da província, bem como do império brasileiro<sup>36</sup>.

Para o sul de Minas Gerais, desde o início do século XIX, o trato com a carne era um negócio bastante rentável. Segundo Bergad, duas fases são importantes. Em primeiro, o período de 1818-1819, quando a carne fresca, couro cru ou curtido e queijos diversos eram responsáveis por 55% da exportação (excluindo a mineração)<sup>37</sup>. No segundo, em 1828, a porcentagem chegou a 60%, na exportação.

Isto significa dizer que era considerável o investimento na pecuária, mas que eram necessários muitos escravos para a manutenção da criação. Segundo Bergad

O volume físico da exportação de gado vivo aumentou de 62.000 cabeças em 1818-1819 para 75.500 cabeças em 29 1828; contudo, o mais significativo é que seu valor foi às alturas devido ao aumento dos preços. Em 1818-1819 o gado era vendido a 4\$000 por cabeça, e em 1828 passou a 10\$000 (portanto, mais do que o dobro), refletindo a elevadíssima demanda por carne e/ou força de trabalho animal. Devido a esse aumento de preço o valor das exportações de gado vivo de Minas praticamente triplicou, passando de 248:000\$000 para 725:000\$000 entre 1818-1819 e 1828.<sup>38</sup>

Ou seja, provavelmente os grandes plantéis de escravos eram utilizados para a criação do *gado vacum* de corte. A mão de obra utilizada em pequeno número fora responsável pelo cultivo dos alimentos básicos, como milho e mandioca. Para Bergad

Os mercados internos eram especialmente importantes nas regiões especializadas em produtos de exportação que precisavam importar produtos essenciais. Um exemplo disto é Baependi, localizada no sul de Minas e relativamente perto do Rio de Janeiro, onde em 1826 o cultivo do tabaco definia a vida econômica no início do século 19: na

---

<sup>36</sup> BERGAD. Op. Cit. P. 21.

<sup>37</sup> Idem. P. 81.

<sup>38</sup> Idem. P. 81.

década de 1820 os fazendeiros e pequenos roceiros dali produziam o tabaco principalmente para exportação – o que significava que praticamente todos os produtos alimentícios básicos tinham de ser importados. Milho, feijão, toucinho, açúcar, cachaça, café e óleo de cozinha eram comprados de outras regiões de Minas, bem como de São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>39</sup>

Os senhores de pequenas propriedades aplicavam seus recursos na plantação, tendo em vista da comercialização dos bens alimentícios ocorrerem apenas nos centros das vilas<sup>40</sup> de médio porte. Como a vida pulsava mais fortemente no espaço rural, eram em dias específicos da semana que os fazendeiros recorriam às feiras para adquirirem os produtos que não extraíam de suas terras.

Produtos como tabaco, feijão, milho, toucinho, açúcar, cachaça, café e óleo de cozinha eram produzidos pelos lavradores de pequeno e médio porte, ofertando também para São Paulo e a corte imperial. A comarca de Campanha era a maior responsável na região pela produção do trigo, principalmente na 1ª metade do século XIX<sup>41</sup>. Apesar dos produtores do sul de Minas dedicarem-se mais ao plantio do tabaco, também exportavam carnes, couros, queijos, gados, toucinho, e algodão cru<sup>42</sup>.

Ao chegar à década de 1840, a mineração perdia cada vez mais território. O investimento dos latifundiários do sul de Minas concentrava-se cada vez mais na lavoura de café e tabaco.

Com o aumento do cultivo do café nas comarcas do sul e a firme expansão do tabaco em toda a região sul de Minas durante as décadas de 1820 e 1830, estes dois produtos agrícolas começaram a desempenhar um papel mais importante na economia de exportação da província. O volume da produção do café e do tabaco aumentou firmemente, embora a expansão do café tenha assumido um ritmo mais lento no final dos anos 1830. A produção de café em Minas parece ter refletido a tendência nacional ocorrida entre a década de 1820 e os primeiros anos da década de 1840: houve um meteórico aumento de produção na década de 1820 e início dos anos 1830, e uma considerável redução após 1835. É evidente que os tecidos de algodão continuaram importantes na economia exportadora de Minas

---

<sup>39</sup> Idem. P. 86.

<sup>40</sup> “Povoação, de categoria inferior á de cidade e superior á de aldeia”. Cf: **DICCIONARIO PRATICO ILLUSTRADO**. 2ª Edição. Porto: Livraria Chardron, 1928, P. 1199.

<sup>41</sup> BERGAD. Op. Cit. Pp. 86-7.

<sup>42</sup> Idem. P. 91.



até o início da década de 1840, embora sua produção tenha atingido o auge no final dos anos 1820 e caído a partir deste ano.<sup>43</sup>

Na 1ª metade do século XIX o autor registra uma queda constante da pecuária, resultando no fortalecimento e interesse crescente na plantação de café, principalmente no sul de Minas<sup>44</sup>. Em meados do século XIX, o investimento na produção de café para exportação também impulsionou o mercado interno, necessário para a economia local<sup>45</sup>.

Apesar da densa descrição de Bergad a respeito da histórica econômica mineira, encontram-se subsídios para a compreensão não só da história econômica sulmineira, como também aspectos que abordam o tráfico dentro da província. Com o aumento da produção do café, o sul de Minas ganhou destaque econômico. Muitos políticos do século XIX – como o próprio senador José Bento – se beneficiaram deste estreitamento das relações entre Minas e a corte imperial.

Também deve ser destacado o fato de que o plantel de escravos nas propriedades rurais aumentou. Conseqüentemente, com o aumento e prosperidade econômica das cidades da região, o número de cativos urbanos também ficou mais perceptível.

Com a presença cada vez maior destes homens, mulheres e crianças ficou inegável, a revelia dos cronistas e memorialistas, a permanência, e, ao mesmo passo, o ocultamento e as tentativas de silenciar a população negra. Na região sulmineira, principalmente por meio dos registros existentes nas paróquias das principais cidades é possível localizar número infindável de assentamentos de batismos, casamentos e óbitos de famílias negras. Mas, estas são outras histórias a serem reveladas ao se quebrar as correntes do passado.

---

<sup>43</sup> Idem. Pp. 91-4.

<sup>44</sup> Idem. P. 96.

<sup>45</sup> Idem. P. 98.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Alênio Carlos Noronha. “Liberdades conquistadas, condições impostas: escravos, senhores e libertandos em Fortaleza (1850-1884)”. In: **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, nº 03, 2006, Pp. 9-38.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais (1720-1888). Bauru: Edusc, 2004.

BORGES, Maria Eliza Linhares. “A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada”. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA FILHO, Aurelino José. **Os velhos curtumeiros da cidade de Franca – SP**: Trabalho e experiência 1940-1980. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de doutorado em História Social, 2007.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Educ, (16), fev. de 1998. Pp. 25-38.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho**: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

SAMUEL, Raphael. “Teatros da memória”. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, Nº 14, Fev/1997, Pp. 41-82

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Edusp, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Campo e Cidade**: Na história e literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.